

15. PROPOSTAS DE DESIGNAÇÃO DE ENCARREGADO DO PROTEÇÃO DE DADOS E RESPONSÁVEL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE BRAGA:

Da **DMG-DISIQ**, submetendo à consideração do Executivo Municipal propostas para a nomeação do **encarregado da proteção de dados** e do **responsável de segurança** do Município de Braga, que se anexam.

Despacho:

Despacho Presidente:

À no de Entro.

21.11.23



ASSUNTO: PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE ENCARGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS E RESPONSÁVEL DE SEGURANÇA

O regulamento (UE) n.º 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados — RGPD) prevê, no seu artigo 37.º, que a entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais designe um **encarregado da proteção de dados**, sempre que, designadamente, o tratamento seja efetuado por uma autoridade ou organismo público.

Por outro lado, o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço, Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto, concretizada pelo Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho, a autarquia encontra-se adstrita a um conjunto de obrigações legais no âmbito da Segurança das Redes e Sistemas de Informação, estando o seu incumprimento sujeito à constituição de contraordenações, puníveis com coima. Assim do acervo jurídico-legal urge salientar a obrigatoriedade de designação e, posterior nomeação ao Centro Nacional de Cibersegurança, de um **responsável de segurança** e de um ponto de contacto permanente.

Com efeito, ao abrigo do modelo de **Security Officer**, em vigor e no âmbito dos serviços contratualizados com a VisionWare, esta encontra-se disponível para assumir o exercício de ambas as funções, necessárias ao cabal cumprimento legal, tais funções devem ser exercidas por pessoa individual.

Assim e por forma a dar cumprimento, segue em anexo propostas para a nomeação do **encarregado da proteção de dados** e do **responsável de segurança** que deve ser submetida a reunião de câmara.

À consideração,

Divisão de Inovação, Sistemas de Informação e Qualidade
Braga, 15 de novembro de 2021

PROPOSTA

DESIGNAÇÃO DE ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS DO MUNICÍPIO DE BRAGA

O regulamento (UE) n.º 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados — RGPD) prevê, no seu artigo 37.º, que a entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais designe um Encarregado da Proteção de Dados, sempre que, designadamente, o tratamento seja efetuado por uma autoridade ou organismo público.

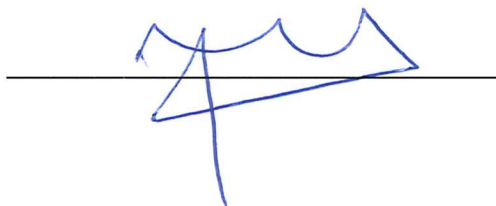
O Município de Braga assume a qualidade de responsável pelo tratamento de dados pessoais, na aceção do ponto 7) do artigo 4.º do RGPD.

O Município de Braga celebrou contrato de prestação de serviços com a empresa VisionWare — Sistemas de informação S.A. no sentido de esta assegurar as funções legalmente atribuídas ao Encarregado de Proteção de Dados, sendo que, nos termos do RGPD, tal função deve ser exercida por uma pessoa individual.

Assim, nos termos da alínea o) do n.º 1 e do n.º 6, todos do aludido artigo 37.º do RGPD, e no âmbito do contrato de prestação de serviços celebrado com a firma VisionWare — Sistemas de Informação S.A. foi por esta designado Encarregado de Proteção de Dados do Município o

para o desempenho das funções descritas no artigo 39.º do RGPD, pelo que se propõe para Encarregado de Proteção de Dados do Município de Braga o referido

O Presidente da Câmara Municipal de Braga



PROPOSTA

DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE BRAGA

Em 2016 foi adotada a Diretiva 2016/1148, de 6 de julho, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação, em todo o espaço da União Europeia (Diretiva SRI), que veio promover uma cultura de gestão dos riscos e definir requisitos mínimos comuns de segurança. Este diploma europeu consagrou um standard mínimo de segurança, promovendo uma responsabilidade partilhada entre entidades públicas e privadas.

Decorrente das práticas comunitárias, esta Diretiva foi transposta e devidamente adaptada ao direito interno português em 2018, através da Lei n.º 46/2018, de 13 de agosto, que instituiu o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço, concretizada pelo Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho, a autarquia encontra-se adstrita a um conjunto de obrigações legais no âmbito da Segurança das Redes e Sistemas de Informação. Do acervo jurídico-legal surge a obrigatoriedade de designação e, posterior nomeação ao Centro Nacional de Cibersegurança, de um *responsável de segurança*.

Assim, nos termos do artigo 5º do Decreto-lei n.º 65/2021, de 30 julho, e no âmbito do contrato de prestação de serviços celebrado com a firma VisionWare — Sistemas de Informação S.A. foi por esta designado Responsável de Segurança do Município o
para o desempenho das funções descritas no artigo 5.º Decreto-lei n.º 65/2021, de 30 julho, pelo que se propõe para Responsável de Segurança do Município de Braga o referido

O Presidente da Câmara Municipal de Braga

